

## EDITORIAL

O tema desta edição da Revista Educação da PUC-Campinas é *Diálogo entre saberes e Educação*. Perpassam por este campo de discussão contribuições que analisam diferentes níveis de ensino e as complexas relações da Educação formal com outras produções de saberes, informal e não formal, propiciando múltiplas reflexões acadêmicas.

Iniciaremos pela influência e importância do conhecimento informal, ou ‘vulgar’, produzido pelo senso comum no cotidiano, assistematicamente, e pensado de diferentes pontos de vistas teóricos e metodológicos, influenciados por preocupações humanistas, históricas e valores éticos quanto às infinitas potencialidades de universos educacionais.

É o caso da reflexão sobre a formação do aluno de Direito em entrevista realizada com o eminente jurista Dalmo Dallari da Faculdade de Direito da Universidade São Paulo, por Ana Lúcia Magano e Heloisa Helena Oliveira de Azevedo, da Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas.

O mesmo acontece com a análise das narrativas orais de professoras de ensino municipal e estadual de Santa Maria (RS), que fazem parte do estudo “Os Percursos de Trans-formações de Professores de Educação Física escolar: as fases de suas carreiras profissionais”, de Franciele Roos da Silva Ilha e de Hugo Norberto Frug, da Universidade Federal de Santa Maria. Comparam as fases das trajetórias das professoras segundo um conjunto de ‘abordagens epistemológicas e metodológicas’ complementares para valorizarem uma constituição de saberes profissionais em educação física.

Em “Percursos de Constituição da Professoralidade – tramas subjetivas”, de Jussara Midlej, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), observamos uma preocupação semelhante com histórias socioprofissionais de trinta e sete docentes do Curso de Licenciatura de Educação Infantil e Séries Iniciais, em convênio da Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista com a UESB. A autora relaciona uma produção de saberes, baseada nas memórias intersubjetivas de docentes, para repensar conhecimentos pré-estabelecidos e suas potencialidades de transformação.

O artigo “Os significados atribuídos por um grupo de educadores ao processo de inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais” também discute a construção de conhecimentos de docentes construídos no dia a dia do trabalho com as séries iniciais de uma Escola Pública da Rede Municipal de Curitiba (PR). As autoras, deste estudo são Carla D. Machado e Edilaine Dana, da Universidade Positivo (PR), e Adriana de F. Franco, professora da Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Questionam a política oficial da inclusão escolar para alunos com necessidades especiais e apresentam uma reflexão teórica para uma formação docente que leve em conta o que educadores pensam sobre esta realidade.

A formação do professor de educação infantil, pensada de outro ângulo, deve considerar a importância da construção histórica do que vem a ser o conceito de ‘infância’. Este passa por exigências de formação em conhecimentos teóricos e filosóficos, segundo a discussão de Alessandra E. F. Gonçalves Prado, mestranda do Programa de Pós-Graduação da PUC-Campinas, sob título ‘Os Autores Clássicos e sua Influência na Construção do Conceito Moderno de Infância’. Enfatiza o quanto é recente

o debate da literatura acadêmica, embora as representações sociais sobre esta fase da vida humana existam desde a antiguidade. A autora considera que certas visões ingênuas e acríticas na Escola podem ser evitadas se reconhecermos a complexidade dos significados histórico-culturais de infância e sua influência no cotidiano do professor que ensina crianças.

E no Brasil, como entender a reivindicação por escolarização infantil por parte de famílias de migrantes italianos? O artigo “O início da escolarização primária no final do século XIX em dois núcleos coloniais italianos” discute a pesquisa realizada em duas colônias, a Alfredo Chaves no Paraná e a de São Caetano em São Paulo. A autora, Eliane Mimesse Prado, professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Tuiuti do Paraná (UTP), compara através de diferentes fontes documentais diferenças e similaridades entre os dois núcleos, analisando as motivações e os conflitos enfrentados pelos imigrantes italianos perante a política provincial ao priorizarem a escolarização de seus filhos.

Se Diferentes fontes de produção de conhecimentos se relacionam em educação e podem (ou não) transformar criticamente significados e valores éticos na escola e na sociedade durante distintos percursos e formações docentes, os mesmos desafios podem ser considerados do ponto de vista da experiência estudantil. O artigo de Rodrigo Torquato da Silva, doutorando da Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual RJ, discute os ‘tensionamentos’ entre escolas públicas e as classes populares em “Escola-Favela, Conhecimentos, Transgressão e Poder – Esses Meninos Não Têm Jeito?”. O autor procura problematizar esta realidade educacional a partir do debate da ‘colonialidade do saber’, e se propõe a interpretar os conflitos entre ‘lógicas de aprendizagens’ contraditórias, quer dizer, entre saberes que os alunos da favela elaboram fora da escola e os modelos de saberes aceitos pelo sistema escolar formal.

Uma das origens da pedagogia conservadora no Brasil é discutida por Antonio Basílio Novaes Thomaz de Menezes, professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Sob o título “A Moda e o Celibato Pedagógico: Pressupostos Éticos e Higienistas na Educação da década de 1920”, o autor interpreta as raízes do discurso da normalização social em duas publicações de Nestor do Santos Lima, educador ilustre da cidade de Natal. Destaca as especificidades do discurso educacional do Rio Grande do Norte em um período de reorganização e modernização do ensino. Examina saberes e poderes de valores higienistas recomendados para a formação docente, o que pressupõe um professor ‘normalista’ que se preocupa em consolidar a ordem social, educando cidadãos física e moralmente ‘sadios’.

Os desafios do acesso a uma escola ‘mediadora entre saberes e culturas’ para indivíduos jovens e adultos encarcerados é o estudo de Elenice Maria Cammarosano Onofre, professora do Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cujo título é “Processos Educativos em Espaços de Privação de Liberdade”. Trata-se de uma pesquisa com dezoito alunos e oito professores realizada em uma escola de presídio, masculino, do interior do estado de São Paulo. Filia-se a uma determinada literatura latino-americana sobre o tema para descobrir, entre outros processos que ocorrem nesta realidade, os significados da escola para alunos e professores em um contexto social repressivo, de contrastes entre políticas públicas penitenciárias e tentativas de defesa do direito à educação. Isto significa reconhecer os direitos humanos desta população que deveria ser ouvida e opinar em um diálogo constante com a instituição prisional, lugar por excelência de destituição de direitos, de negação de saberes.

Reunimos por último, dois estudos que abordam experiências de educação não formal, muitas vezes confundida erroneamente com educação informal. É uma forma de educação sistematizada, porém sem ser regulada pelo sistema oficial de ensino. Chamada também de educação não escolar pode ocorrer longe ou dentro do próprio espaço escolar, comportando diferentes enfoques teóricos e de

classes, com vinculações a interesses e projetos políticos bastante contraditórios entre si, devido às mudanças sociais contemporâneas nas relações entre sociedade civil e Estado, especialmente nas últimas décadas.

Uma importante discussão teórica e histórica sobre este polêmico conceito se dá em “A publicização e a legitimação da educação não-formal”, realizada por Valéria Aroeira Garcia, doutoranda do Programa de Pós-graduação de Educação da UNICAMP, pesquisadora do Centro de Memória da UNICAMP e supervisora educacional da Prefeitura Municipal de Campinas. Relaciona a discussão e validação do conceito de educação não formal ao debate de ‘crise da educação’ que passa a ocorrer desde a década de 1960. Interessante notar como a autora distingue historicamente a ação prática destes outros ‘jeitos’ de se fazer educação da própria criação de uma nova área conceitual para debater a educação não formal que, obviamente, influencia outras formas de produção de conhecimento na educação.

O último artigo, de Valéria Diniz Toledo, mestre pela Universidade Católica de Santos (UCS) e professora da rede Estadual (SP) e municipal de Cubatão - ‘Inclusão Social na Educação Não Formal: o Instituto Arte no Dique como experiência alternativa frente à crise do ensino escolar’ - comprova a proximidade que muitos autores fazem entre os conceitos de educação não formal e uma ‘crise na educação’. Explicita na análise deste estudo de caso com ensino de arte o quão complexas podem ser as relações entre entidades da sociedade civil, com diferentes recortes de classe, em um projeto social em que participa inclusive certos setores públicos, como a escola. Propõe uma maior abertura das escolas para espaços de educação não formal visando a ‘inclusão social’ como acontece na periferia de Santos (SP), no Dique de Vila Gilda, que desenvolve uma prática educativa com adolescentes e crianças que integram uma banda de percussão chamada ‘Querô’.

Boa leitura a todos é o que os integrantes do corpo editorial e técnico da Revista Educação da PUC-Campinas desejam com este número *Diálogo entre saberes e Educação*.

**Doraci Alves Lopes**  
Editora